



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 06/2018

Período: 10/03/2018 – 16/03/2018

GEDES – UNESP

- 1- Marielle Franco, relatora da comissão de verificação da intervenção federal, foi assassinada
- 2- Intervenção federal no Rio de Janeiro I: Forças Armadas participaram de ações conjuntas em comunidades do Rio de Janeiro
- 3- Intervenção federal no Rio de Janeiro II: ministro da Justiça negou possibilidade de adoção de “estado de Defesa”
- 4- Intervenção federal no Rio de Janeiro III: declarações
- 5- Intervenção federal no Rio de Janeiro IV: debate
- 6- Pré-candidatos utilizaram aeronaves da FAB para viajar pelo país
- 7- Ministério da Defesa recebeu verba para atuação das Forças Armadas em Roraima
- 8- Vítima de tortura durante regime militar faleceu
- 9- Ministério da Defesa alterou portaria sobre circulação de produtos controlados

1- Marielle Franco, relatora da comissão de verificação da intervenção federal, foi assassinada

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Marielle Franco, vereadora da cidade do Rio de Janeiro, foi assassinada no dia 14/03/18, na cidade do Rio de Janeiro. Os investigadores analisam hipótese de crime premeditado. Em fevereiro de 2018, a vereadora foi nomeada relatora da comissão da Câmara Municipal que deve acompanhar a intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro, com a intenção de “coibir abusos das Forças Armadas e da polícia”. Franco era contrária à intervenção federal e afirmou que a iniciativa era uma “farsa”. Em declaração à *Folha*, integrantes da cúpula de intervenção federal consideraram a ação criminosa como uma “afronta ao trabalho dos militares do Exército”. Segundo o jornal, o interventor federal, general Walter Souza Braga Netto, evitou pronunciamentos sobre o assassinato e limitou-se a divulgar uma nota de repúdio. De acordo com o periódico, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou que “a morte da vereadora não afeta a intervenção federal”. Segundo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), Felipe Santa Cruz, a morte de Marielle pode ser uma reação “dos setores corruptos” dos órgãos de segurança pública à intervenção federal. “É óbvio que quando se mexe em estruturas consolidadas da segurança pública pode haver uma reação”, afirmou Santa Cruz. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/03/18; O Estado de S. Paulo –*

Metrópole – 15/03/18)

2- Intervenção federal no Rio de Janeiro I: Forças Armadas participaram de ações conjuntas em comunidades do Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas participaram de operação conjunta com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro na comunidade Vila Kennedy no dia 09/03/18. Segundo a *Folha*, a operação de “ordenamento urbano” foi realizada a pedido da Polícia Militar e envolveu o desmantelamento de quiosques de comerciantes na comunidade. Conforme o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, houve “uso desproporcional da força, atingindo também os trabalhadores”. Crivella afirmou que os funcionários da prefeitura envolvidos na operação serão afastados. O periódico destacou que a operação foi a primeira em que as Forças Armadas auxiliaram agentes da prefeitura em uma ação na comunidade desde o começo da intervenção federal e apontou que a Vila Kennedy foi utilizada como um “laboratório da Intervenção”. Conforme *O Estado*, militares afirmaram que a preferência pela Vila Kennedy tem motivos geográficos, devido a sua localização na maior via de fluxo de veículos na cidade do Rio de Janeiro, e que as ações na comunidade servirão de modelo para operações futuras. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Elio Gaspari afirmou que a comunidade Vila Kennedy pode se tornar uma “vitrine” para a operação. O antropólogo e coronel da reserva da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, Robson Rodrigues, destacou que as operações na comunidade possuem custo alto e que sua realização é semelhante a “medir forças com o tráfico”. Em contrapartida, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que as Forças Armadas não têm relação com o excesso de violência. Conforme *O Estado*, as Forças Armadas estiveram na comunidade seis vezes, sem resultados significativos. Os militares destacaram que realizarão trabalhos sociais na Vila Kennedy em breve. Segundo Jungmann, os resultados da intervenção federal serão visíveis em 4 meses, de acordo com previsão formulada pelo interventor na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, general do Exército Walter Souza Braga Netto. Segundo Jungmann e parlamentares do estado do Rio de Janeiro, os objetivos da intervenção são “reequipar as polícias, fortalecer as corregedorias e reduzir ingerências políticas nos comandos”. O ministro afirmou que as Forças Armadas ainda realizarão um censo para o conhecimento das condições estruturais dos presídios do Brasil. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, desde o dia 23/02/18, uma média de 300 militares das Forças Armadas foram regularmente enviados para a comunidade, onde fizeram patrulhas durante o dia e retiraram obstáculos colocados por criminosos para impedir o acesso à região. Segundo o *Correio*, no dia 14/03/18, o Exército realizou uma vistoria no 14º Batalhão da Polícia Militar, localizado no bairro de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o periódico, a escolha pelo 14º Batalhão ocorreu por se tratar de área da Vila Kennedy. Conforme o jornal, essa foi a primeira entre várias vistorias que devem ocorrer nas unidades da Polícia Civil e Militar do estado do Rio de Janeiro para apurar “as condições de trabalho com pessoal, estrutura, logística e material”. O *Correio* também informou que o comandante do gabinete de intervenção, general Mauro Sinott, classificou a operação como um “marco na intervenção federal”. Segundo Sinott “os militares vieram ‘na ponta da linha’ verificar os gargalos existentes no dia a dia dos policiais militares e como eles afetam a capacidade operacional”. Conforme o periódico, outros 12

representantes do gabinete de intervenção participaram da vistoria. O porta-voz do Comando Militar do Leste, coronel Roberto Itamar, sustentou que o processo deve ser transparente, e que os policiais devem encabeçar as ações para ajudar a resolver os problemas que atingem a corporação. Segundo o coronel, “o gabinete trabalhará com afinco e dedicação até o término do decreto e, no fim, espera deixar um legado aos órgãos de segurança”. Segundo a *Folha*, no dia 15/03/18 foi realizada uma operação nas comunidades do Viradouro e da Grota, em Niterói. A ação, que contou com a presença de 580 militares das Forças Armadas e 90 integrantes da Polícia Militar, tinha como objetivo o cerco, estabilização da área e desobstrução de vias. (Correio Braziliense – Brasil – 11/03/18; Correio Braziliense – Política– 12/03/18; Correio Braziliense – Política – 15/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/03/18; Folha de S. Paulo – Poder– 11/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 12/03/18)

3- Intervenção federal no Rio de Janeiro II: ministro da Justiça negou possibilidade de adoção de “estado de Defesa”

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, negou a possibilidade de o governo federal adotar “estado de Defesa” para solucionar a crise de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. De acordo com Jardim, a medida foi discutida, contudo não foi adotada pela limitação constitucional à extensão de 30 dias, prorrogáveis por 30 dias adicionais. O ministro afirmou que o “estado de Defesa” constitui uma medida “drástica”, que suspenderia garantias constitucionais. Segundo Jardim, a intervenção federal deve solucionar o problema da insegurança, porém não em poucos meses. Uma avaliação dos resultados deve ser realizada no mês de dezembro e, “dependendo do presidente que for eleito, pode haver entendimento para não suspender” a intervenção, afirmou. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/03/18)

4- Intervenção federal no Rio de Janeiro III: declarações

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o interventor federal do estado do Rio de Janeiro, general Walter Braga Netto, afirmou que somente ações policiais não são suficientes para resolver as demandas da segurança pública, sendo medidas de inclusão social e fornecimento de serviços públicos às populações carentes fundamentais para combater o crime organizado. Conforme o general, o objetivo da intervenção é recuperar a “capacidade operativa das polícias”, investindo em frotas, armamentos e mão de obra. Braga Netto declarou acreditar que a transferência de julgamentos de crimes de militares contra civis para a Justiça Militar não se caracteriza como foro privilegiado. Em declaração ao *Correio*, o porta voz do Comando Militar do Leste, coronel Roberto Itamar defendeu a transparência da intervenção, ressaltando o objetivo de “encontrar a solução para os problemas, como falta de manutenção de viaturas, falta de pessoal e equipamentos” em conjunto com os policiais. O coronel afirmou que o gabinete trabalhará “arduamente” para perpetuar um legado aos órgãos de segurança. (Correio Braziliense – Política – 15/03/18; Correio Braziliense – Brasil – 16/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/03/18)

5- Intervenção federal no Rio de Janeiro IV: debate

Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, Ricardo Vélez Rodríguez,

coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), comparou o caso da Colômbia, onde as Forças Armadas nacionais atuaram no enfrentamento de grupos guerrilheiros, ao da intervenção federal no setor de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Conforme Rodriguez, as Forças Armadas brasileiras foram convocadas para combater “núcleos de guerrilha urbana” no estado do Rio de Janeiro. O pesquisador afirmou que essa é uma ação necessária para assegurar os direitos dos cidadãos. Segundo o colunista, o crime organizado no estado do Rio de Janeiro se assemelha a organizações consideradas “narcoterroristas”. Ao se referir às críticas à intervenção federal, o pesquisador afirmou que “não serão funcionários subalternos que vão impedir o desarmamento dos narcoterroristas”, e acrescentou que não adiantam “as lamúrias dos esquerdistas de plantão de que estão sendo desconhecidos os direitos das populações carentes” ou “o discurso enviesado de funcionários da ONU que reclamam da presença dos militares”. De acordo com Rodriguez, a experiência colombiana pode “ajudar o Rio de Janeiro no combate ao crime e na ação social pacificadora”. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari destacou a fala proferida pelo general Augusto Heleno Pereira, na Escola Superior de Guerra, sobre a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, o general afirmou que “a Colômbia ficou 50 anos em guerra civil porque não fizeram o que fizemos no Araguaia”, referindo-se a ações militares contra a denominada “Guerrilha do Araguaia”. Gaspari recordou a ausência de esclarecimento quanto à ação das Forças Armadas na região do Rio Araguaia entre 1972 e 1973, durante o regime militar (1964-1985), e manifestou temor de que uma situação semelhante se repita. O cientista político da Universidade de Brasília (UnB), Antônio Testa, afirmou à *Folha* que os militares podem obter sucesso no combate ao crime organizado, sendo necessário, porém, mudar a lógica jurídica. Segundo Testa, “o combate ao crime organizado é uma guerra, mas os militares estão lotados no lugar de policiais. Enquanto não se definir o verdadeiro papel deles, não haverá resultado positivo”. O cientista ressaltou que somente com uma autonomia definida os militares serão capazes de enfrentar o crime organizado fortemente estabelecido. Em coluna de opinião para a *Folha*, o advogado e presidente da Comissão de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), Ricardo Sayeg, defendeu maior segurança jurídica para os militares das Forças Armadas que participam da intervenção federal. Segundo Sayeg, “temos que defender nossos soldados para que eles possam nos defender”. O doutor em Direito afirmou que a função das Forças Armadas brasileiras é “proteger a nação brasileira” e combater “inimigos externos e internos do país, seja onde for, no presente caso, no Rio, contra esses terroristas” para “retomar e entregar o Rio para as pessoas de bem”. Sayeg reconheceu a possibilidade de mortes de civis e afirmou: “se mortes houver, a culpa é deles [criminosos], e não dos nossos soldados, que certamente são os heróis de que estamos precisando para reaver o Rio das mãos desses malfeitores”. O advogado acrescentou que, “eventuais excessos deverão ser julgados, mas pela Justiça Militar”. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/03/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 13/03/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 16/03/18; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 12/03/18)

6- Pré-candidatos utilizaram aeronaves da FAB para viajar pelo país

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pré-

candidatos ao Palácio do Planalto, utilizaram aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para viajar pelo país para “compromissos com pouca relação com seus cargos”. De acordo com o jornal, as aeronaves podem ser utilizadas por motivos de segurança, emergências médicas e viagens a serviço. Questionados, a Câmara e o Ministério da Fazenda afirmaram que cumpriram as normas estabelecidas pela FAB e negaram irregularidades. Segundo o periódico, desde dezembro de 2017, Meirelles viajou 42 vezes em aeronaves da FAB, enquanto Maia voou 63 vezes no mesmo período, sendo 33 das viagens para a cidade do Rio de Janeiro, domicílio eleitoral do deputado. Segundo o periódico, o valor gasto com voos oficiais não é divulgado pela FAB, pois “o custo da hora de voo das aeronaves militares é informação estratégica”. (O Estado de S. Paulo – Política – 12/03/18; O Estado de S. Paulo – Política – 15/03/18)

7- Ministério da Defesa recebeu verba para atuação das Forças Armadas em Roraima

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa recebeu 190 milhões de reais do governo federal e deve aplicar esse recurso em operações realizadas pelas Forças Armadas no estado de Roraima, com o objetivo de auxiliar o controle da fronteira com a Venezuela e possibilitar a construção de abrigos e o atendimento social dos imigrantes. Segundo o periódico, até fevereiro de 2018 foi contabilizada a entrada de 40 mil venezuelanos em território brasileiro. Os militares realizam o cadastro dos imigrantes e os encaminham para outros estados, onde recebem assistência social. As Forças Armadas possuem um hospital de campanha na cidade fronteira de Pacaraima, no estado de Roraima, auxiliam na logística de transporte dos imigrantes e devem utilizar parte da verba da pasta para ampliar os postos de triagem na fronteira com a Venezuela. Segundo o Ministério da Defesa, o recurso poderá ser repassado para outras agências federais que atuam para “minimizar a grave situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária”. A pasta informou que a destinação da verba poderá ser alterada conforme a evolução das demandas e “tem como foco imediato a aquisição de artigos de higiene pessoal, alimentação especial para crianças e melhorias de centros de destinos já existentes, para proporcionar condições mais dignas aos imigrantes”. (*Correio Braziliense* – Política – 13/03/18)

8- Vítima de tortura durante regime militar faleceu

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 06/03/18 faleceu, aos 79 anos, Heinrich Plagge, que foi torturado por cerca de dois anos por agentes do regime militar (1964-1985). Segundo o periódico, Plagge foi membro do Partido Comunista, sob o codinome Conrado, e utilizou sua alta posição na montadora de automóveis Volkswagen, para distribuir materiais do Partido. “Conrado” era procurado pelo regime e desapareceu por aproximadamente dois anos. Plagge afirmou que, após ser raptado, foi torturado “à base de paulada. Máquina de choque. Pancada mesmo. Chute”. Plagge ficou surdo, teve problemas no joelho e desenvolveu mal de Parkinson após o período de torturas. A *Folha* informou que, em dezembro de 2017, a Volkswagen admitiu ter colaborado com o governo militar. (*Folha de S. Paulo* – Mortes – 13/03/18)

9- Ministério da Defesa alterou portaria sobre circulação de produtos controlados

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa fez alterações na

portaria R-105 do Exército Brasileiro, que regulamenta a circulação de produtos controlados. Segundo o periódico, a mudança foi discutida desde janeiro de 2017. Entre as mudanças, foi destacado o aumento no limite anual de munições que podem ser compradas por juizes e advogados de 50 para até 600 projéteis, e a permissão para a fabricação de armas por empresas estrangeiras em território nacional. Conforme o *Correio*, o presidente da República, Michel Temer, já informou o Exército sobre a atualização da portaria. Segundo o jornal, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército, é a responsável pela fiscalização desses produtos. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 8,5 milhões de armas circulam ilegalmente no Brasil e, entre janeiro de 2010 e dezembro de 2017, 3,1 milhões de armas foram destruídas pelo Exército. (*Correio Braziliense – Política – 15/03/18*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).